



DIANA RAMOS
Diretora do Jornal
de Negócios

TEMPOS DE OPORTUNIDADE E DE INCERTEZA

O ano arrancou sem que dúvidas houvessem de que 2022 seria o ano da recuperação económica. De olhos postos num Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) capaz de apoiar as empresas a fazerem o seu caminho de transição digital e energética, a mudança esperada na economia portuguesa abriu esperanças de que os negócios pudessem fluir com maior dinamismo. E com o natural efeito que essa mesma dinâmica poderia gerar nas sociedades de advogados. Cerca de três meses depois, o cenário é já mais cinzento, devido ao aumento da incerteza global e mais dúvidas sobre os efeitos que uma inflação prolongada ou a reorganização dos blocos geoestratégicos poderá desencadear na recuperação económica.

No país, há uma nova legislatura que aparenta ser sinónimo de estabilidade política e de condições estratégicas para a realização de mudanças e reformas há muito pedidas sem que nada de realmente transformador fosse operado. E, nesse pelouro, a Justiça assume particular relevância.

Mudar a economia em Portugal passará, indubitavelmente, por afinar e corrigir problemas que são marcas quase perenes no sistema judicial português. É fácil ouvir dentro da própria advocacia críticas à elevada burocracia que envolvem os negócios em Portugal e queixas de investidores - nacionais e estrangeiros - à lentidão de um sistema que não consegue dar respostas úteis nos casos de reestruturações de empresas ou insolvências.

Mudar a economia passará por mudar também muitas das linhas com que se cose o sistema judicial português, a começar pela introdução de mecanismos que permitam garantir segurança aos investidores. E, da mesma forma, que aliviem os custos associados à morosidade processual, à litigação ou ao arrastar de insolvências. Esse é, aliás, uma das principais razões para que existam tantas empresas zombéis em Portugal, que se arrastam no tempo gerando “fantasmas” societários que não respondem às exigências dos credores, nem criam qualquer valor económico à sociedade.

Numa altura em que a conjuntura económica e geopolítica ganha contornos de particular complexidade, uma pequena economia aberta como a portuguesa facilmente se ressentirá se qualquer fator de instabilidade que possa desacelerar o processo de recuperação económica que está em curso.

E se o país não aproveitar este ciclo político para acertar agulhas e ajustar processos que têm funcionado como atrito - em particular na justiça - dificilmente terá uma oportunidade, no curto prazo, para o fazer. São tempos de particular indefinição, mas se Portugal fizer o trabalho de casa que lhe compete, os fatores externos terão sempre menor peso e gravidade do que se se mantiver tudo na mesma, sem alterações ou reconhecimento das fragilidades intrínsecas do sistema.



JOÃO MOURA
Diretor da In-Lex

TEMPOS AGRIDOCES

Com o fim da pandemia à vista e a expectável passagem para uma situação de endemia, prestes a regressarmos à tão desejada normalidade das nossas vidas, a bonança chega com um sabor agridoce. Somos novamente confrontados com o impensável e inesperado, uma guerra na Europa. A Ucrânia, um país soberano, foi invadida pela Rússia. Vamos, uma vez mais, ser testados, já não pelo covid, mas pelos danos de uma guerra que a todos afeta e cuja resolução de todos depende.

O ano de 2022 arrancou com sinais positivos e com boas expectativas quanto à recuperação económica e ao impacto do PRR na economia nacional, ainda que com algumas incertezas fruto do legado da pandemia, como sendo o aumento do preço do petróleo, a subida da inflação, ainda que controlada a nível nacional, e o conseqüente aumento das taxas de juro. Nas contas desta equação, em tom de previsão de fecho de ano, ainda não constava uma variável: o dia 24 de fevereiro, com o início da guerra.

As incertezas que já existiam ganham agora outra dimensão e o impacto que terão no balanço final do ano de 2022 irá depender do desenlace deste conflito, do tempo que irá demorar, das conseqüências das justificadas e necessárias sanções aplicadas à Rússia e das relações que se irão, ou não, manter. A palavra “depende” vai estar na ordem do dia e, do que daí resultar, uma maior ou menor gravidade da situação que o mundo vai viver.

Ainda que Portugal não dependa do fornecimento de gás pela Rússia, ao contrário de alguns países europeus, os efeitos desta guerra vão naturalmente sentir-se em todo o mundo e em especial em economias pequenas e muito expostas ao exterior, como é o caso da nossa. Não obstante a conjuntura externa ser desfavorável e imprevisível, depende de nós seguirmos em frente e darmos continuidade ao trabalho que temos estado a desenvolver no caminho da recuperação económica, tendo sempre os valores humanitários e de solidariedade como prioritários. Precisamos de todos os intervenientes nesta missão, pessoas, empresas e em especial dos nossos governantes, para que se mantenham à altura dos desafios e que, juntamente com a União Europeia, entre outros, não abram mãos na defesa dos Direitos Humanos, da Democracia, da Liberdade e da Segurança.

No que depende da assessoria jurídica, Portugal está bem preparado, e com o que de melhor se faz no mundo. Nas páginas deste anuário encontra 141 sociedades de advogados prontas para serem recrutadas para as missões que se seguem, sejam elas mais amargas ou mais doces.